

# ENCAMINHAMENTO

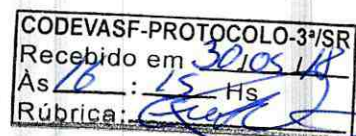
Ao  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
EDITAL N.º 34/2017.  
MARCELO CARLOS MERGULHÃO

ENCAMINHO AO PRESIDENTE DA COMISSÃO  
DE LICITAÇÃO DO EDITAL N.º 34/2017, DOCU-  
MENTAÇÃO VISANDO CONTESTAÇÃO E INABILI-  
TAÇÃO, DE ACORDO AOS DOCUMENTOS EM ANEXO.

PETROLINA/PE, 30 DE MAIO DE 2018.

  
JOÃO GUIMARÃES TANAJURA FILHO  
CPF 520.580.935-34

(74) 98838-2070





## CONTESTAÇÃO

Nós os proponentes da unidade parcelar lote empresarial - LE097 do Projeto Pontal, participantes da concorrência do EDITAL de Nº 34/2017: Marizete Silva Fonseca, CPF 403.967.114-72; João Vitor de Oliveira Guimarães, CPF 051.844.431-77 e Daniela de Oliveira Guimarães, CPF 071.760.495-05, por meio desta contestação, vimos requerer a inabilitação do proponente na pessoa jurídica PLANTERRA PROJETOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA – ME, que está concorrendo a mesma área parcelar, pelos seguintes arrazoados de motivos:

1- O não atendimento ao referido edital no item m) Qualificação Econômico-Financeira no sub item m-2) **Certidões de Adimplência** expedida pela **CODEVASF**, Associações de Produtores e/ou **Distrito de Irrigação**, em se tratando de **proprietário ou ocupante** de unidade parcelar irrigável e/ou não irrigável. **O MESMO NÃO APRESENTOU TAIS DOCUMENTOS**, o que pode ser visto em toda a sua proposta documental, das páginas 01 até 67, numerações do proponente e das páginas 1372 a 1439, numerações da banca examinadora da CODEVASF.

1.1- O próprio proponente apresenta um lote, localizado no Projeto Irrigado Maria Tereza, Petrolina/PE como parte da composição de patrimônio, o que pode ser visto em sua proposta nas páginas de 41/1412 a 43/1414 da escritura e na página 26/1397 da declaração de bens e rendimentos informada pelo próprio proponente. Sendo que este lote pertence a pessoa física, sócia da Planterra.

1.2- Alegações de que o lote configura como pessoa física e o proponente é um a pessoa jurídica não perdura, pois a pessoa jurídica utilizou bem da pessoa física para compor patrimônio para a pessoa jurídica – e a mão deve ser dupla se a jurídica não é irrigante, mas os seus sócios são.

1.3- Estes referidos documentos, exigidos pelo edital, não são de conhecimento público a exemplo de um CPF (regularidade) e sim restrito ao proponente a própria CODEVASF e ao Distrito de Irrigação, não se configurando em excesso de formalismo.

2- O sócio da empresa PLANTERRA – Gustavo Henrique Oliveira Marinho – também é irrigante do Projeto de Irrigação do Salitre, localizado em Juazeiro/BA da 6ª Superintendência da CODEVASF, o que pode ser visto na lista do Edital nº18/2009 na página 05, em anexo. Acreditamos que também, teria que apresentar tais certidões, pois é irrigante em perímetro da CODEVASF.

Sem mais, contamos com a compreensão e o entendimento administrativo acatando a nossa solicitação, sem a necessidade de demandamos uma ação judicial.

Petrolina/PE, 29 de maio de 2018.



  
Marizete Silva Fonseca



  
João Vitor de Oliveira Guimarães

  
Daniela de Oliveira Guimarães



RECONHECIMENTO DE  
FIRMA NO VERSO.



**EMANUELLE FONTES OURIVES PERROTTA**  
TABELIA  
Rua Vinosa, 219 • Bairro Alagado • Juazeiro/BA • CEP: 43.904-179  
Fones: (74) 3813-4216 / (74) 3811-9930 • email:juazeiro@gmail.com

**Reconheço por Semelhança (s) a (s) firma (s) abaixo:**  
MARIZETE SILVA FONSECA..... EABC  
Juazeiro-BA, 30/05/2018 hs 15:13:02  
Em testemunho da da verdade  
ELIZANGELA ALVES BESERRA CARDOSO- ESCR  
Emol: 2,06 T. Fisc: 2,24 Total: 4,30

**Selo de Autenticidade**  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
2806.AB555641-0  
Consulte o selo em www.tbajus.br/notariodade

**EMANUELLE FONTES OURIVES PERROTTA**  
TABELIA  
Rua Vinosa, 219 • Bairro Alagado • Juazeiro/BA • CEP: 43.904-179  
Fones: (74) 3813-4216 / (74) 3811-9930 • email:juazeiro@gmail.com

**Reconheço por Semelhança (s) a (s) firma (s) abaixo:**  
JOAO VITOR DE OLIVEIRA GUIMARAES..... EABC  
Juazeiro-BA, 30/05/2018 hs 15:13:29  
Em testemunho da da verdade  
ELIZANGELA ALVES BESERRA CARDOSO- ESCR  
Emol: 2,06 T. Fisc: 2,24 Total: 4,30

**Selo de Autenticidade**  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
2806.AB555642-8  
Consulte o selo em www.tbajus.br/notariodade

**EMANUELLE FONTES OURIVES PERROTTA**  
TABELIA  
Rua Vinosa, 219 • Bairro Alagado • Juazeiro/BA • CEP: 43.904-179  
Fones: (74) 3813-4216 / (74) 3811-9930 • email:juazeiro@gmail.com

**Reconheço por Semelhança (s) a (s) firma (s) abaixo:**  
DANIELA DE OLIVEIRA GUIMARAES..... EABC  
Juazeiro-BA, 30/05/2018 hs 15:15:03  
Em testemunho da da verdade  
ELIZANGELA ALVES BESERRA CARDOSO- ESCR  
Emol: 2,06 T. Fisc: 2,24 Total: 4,30

**Selo de Autenticidade**  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
2806.AB555643-3  
Consulte o selo em www.tbajus.br/notariodade



Ministério da Integração Nacional - M I

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES – 3ª SL**

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.:59500.001364/17-75

\_\_\_\_\_  
AI/GAF

**EDITAL N.º 34/2017**

**CONCORRÊNCIA**

**ALIENAÇÃO DE 37 UNIDADES PARCELARES EMPRESARIAIS  
PARA IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS,  
AGROPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAIS, NO PERÍMETRO DE  
IRRIGAÇÃO PONTAL, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PETROLINA,  
ESTADO DE PERNAMBUCO.**

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE**

tratando de pessoa jurídica, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, entrelinhas, rasuras ou borrões que dificultem o entendimento, e terão de estar numeradas e rubricadas em todas as suas folhas e assinada na última pelo(a) proponente, seu representante legal ou procurador.

4.1.7. Cada proponente só poderá ser representado por um único procurador, sendo vedado o credenciamento de uma mesma pessoa como representante de 02 (dois) ou mais proponentes.

4.1.8. O representante do (a) proponente deverá apresentar à Comissão de Alienação documento de identificação civil e a respectiva procuração, ou cópia do contrato social quando se tratar de diretor ou sócio da empresa com poderes para responder pelos direitos e obrigações da mesma.

4.2. **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – Invólucro n.º 1:**

4.2.1. Quando se tratar de **pessoa física e coligados**:

- a) Endereço de domicílio com a apresentação de comprovante de residência (conta de água, energia elétrica, telefone, ou outros) e endereço eletrônico (email), se possuir;
- b) Documento de Identificação civil (carteira de identidade, carteira de trabalho, carteira profissional, passaporte, carteira de identificação funcional, outro documento público que permita a identificação do proponente);
- c) Quando menor de idade, cópia da sentença ou certidão comprobatória de emancipação.
- d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF), com comprovante da situação cadastral regular.
- e) Comprovante de recolhimento da quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mínimo da(s) unidade(s) pretendida(s), a título de caução a ser calculada considerando o valor mínimo do hectare especificado no subitem 2.2 deste Edital, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, cuja cópia do recibo deverá integrar o conteúdo do invólucro n.º 01 – “Documentação de Habilitação”, nas seguintes modalidades:

e-1) Depósito em conta remunerada e em espécie, a ser efetuado na agência da Caixa Econômica Federal, definida pelo proponente, em favor da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF – 3ª Superintendência Regional, CNPJ nº 00.399.857/0004-79, localizada à Rua Presidente Dutra, nº 160 – Centro, CEP 56.304-230, Município de Petrolina/PE, que poderá ser movimentada somente por ordem da estatal.

A conta será específica destinada unicamente à caução, e sua operação deve corresponder a 008 ou 010.

e-2) Quando se tratar de garantia em títulos da dívida pública estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda,



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE**

na forma do art. 56, inc. I, da Lei n.º 8.666/93 (redação dada pela Lei n.º 11.079/2004).

Os Títulos devem ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários e sua titularidade deve estar gravada em nome do proponente.

Serão aceitos os Títulos Públicos:  
Letras do Tesouro Nacional (LTN);  
Letras Financeiras do Tesouro (LFT);  
Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B);  
Notas do Tesouro Nacional Série C (NTN-C).

Os Títulos da Dívida Agrária só serão válidos se houverem sido convertidos para a forma escritural pelo INCRA.

Os Títulos emitidos serão aceitos somente na forma escritural, na forma cartular (impressa) não serão aceitos.

- e-3) O proponente poderá apresentar a caução na forma de seguro-garantia em conformidade com a Circular SUSEP nº 477, de 30/09/2013.

A apólice correspondente deverá indicar a Codevasf como beneficiária;  
Não deverão ser acrescentadas cláusulas que eximam o Proponente de suas responsabilidades.

- e-4) Serão aceitas Cartas de Fiança Bancária emitidas em moeda corrente nacional, emitidas por bancos comerciais, de investimento e múltiplos, autorizados a funcionar no Brasil, e deverão observar as disposições das Portarias 644/2009, 1378/2009 e 367/2014, emitidas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

- f) Prova de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

- g) Qualificação Técnica:

- g-1) Certidão negativa de execuções patrimoniais, expedida pelo Cartório da Comarca de seu domicílio e dos municípios onde estão localizados os bens declarados.

- g-2) Declaração de Visita ao Projeto Pontal, conforme **Anexo IV** integrante deste instrumento, a ser emitida pelo(a) própria(a) proponente, afirmando que tem conhecimento do estudo do solo, do sistema de condução e medição d'água, da topografia do terreno, das vazões disponíveis nas unidades parcelares, para evitar reclamações futuras, uma vez que quaisquer dificuldades existentes na(s) área(s) pretendida(s), com relação à implantação do projeto e à exploração, serão de sua inteira responsabilidade e risco.

Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão desenvolvidas as atividades de produção e o preenchimento da Declaração de Visita as proponentes deverão contatar com Equipe de Fiscalização do Projeto Pontal, na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, através do telefone (87) 981733633.

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE**

A visita ao local onde serão desenvolvidas as atividades de produção deverá ser marcada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas e deverá ser realizada em horário comercial.

- g-3) Declaração, emitida pelo(a) próprio(a) proponente, de não ser **irrigante impedido**, ou seja, ter sido excluído(a) por inadimplência em Projetos Públicos de Irrigação implantados pela CODEVASF ou ter tido unidade parcelar retomada no período de 5 (cinco) anos contados a partir da rescisão do respectivo instrumento contratual, conforme modelo constante do **Anexo VII**, integrante deste Edital.
- g-4) Plano de Exploração Agrícola/Agropecuária/Agroindustrial, com início máximo em 12 (doze) meses e prazo máximo de 2 (dois) anos, para implantação de 60% (sessenta por cento) da área irrigável da(s) unidade(s) pretendida(s), conforme modelo do **Anexo III**, integrante deste Edital.
- g-5) Informações complementares: Encontram-se à disposição dos interessados para consulta, os estudos de viabilidade técnica, ambiental, hídrica e econômica ou social do Projeto Pontal disponíveis na Biblioteca, térreo do edifício sede da Codevasf em Brasília-DF e na sede da 3ª Superintendência Regional em Petrolina-PE.
- h) Qualificação Econômico-Financeira:
  - h-1) Declaração atualizada de Bens e Rendimentos, devidamente comprovados por meio de registro imobiliário, registro de propriedade, ou notas fiscais em nome da pessoa física, com valores que permitam a avaliação da sua capacidade econômico-financeira, conforme o subitem 6.1.2, ou mediante apresentação da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física do exercício anterior, a critério dos licitantes, na forma do modelo constante no **Anexo VIII** deste Edital.
  - h-2) Certidões de adimplência expedidas pela Codevasf, Associações de Produtores e/ou Distritos de Irrigação, em se tratando de proprietário ou ocupante de unidade parcelar irrigável e/ou não irrigável.

4.2.2. Quando se tratar de **PESSOA JURÍDICA**:

- a) Comprovante de recolhimento da quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mínimo da(s) unidade(s) pretendida(s), a título de caução a ser calculada considerando o valor mínimo do hectare especificado no subitem 2.2 deste Edital, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, cuja cópia do recibo deverá integrar o conteúdo do invólucro n.º 01 – “Documentação de Habilitação”, nas seguintes modalidades:
  - a-1) Depósito em conta remunerada e em espécie, a ser efetuado na agência da Caixa Econômica Federal, definida pelo proponente, em favor da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF – 3ª Superintendência Regional, CNPJ nº 00.399.857/0004-79, localizada à Rua Presidente Dutra, nº 160 – Centro, CEP 56.304-230, Município de Petrolina/PE, que poderá ser movimentada somente por ordem da estatal.

A conta será específica destinada unicamente à caução, e sua operação deve corresponder a 008 ou 010.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE**

a-2) Quando se tratar de garantia em títulos da dívida pública estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do art. 56, inc. I, da Lei n.º 8.666/93 (redação dada pela Lei n.º 11.079/2004).

Os Títulos devem ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários e sua titularidade deve estar gravada em nome do proponente.

Serão aceitos os Títulos Públicos:

Letras do Tesouro Nacional (LTN);

Letras Financeiras do Tesouro (LFT);

Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B);

Notas do Tesouro Nacional Série C (NTN-C).

Os Títulos da Dívida Agrária só serão válidos se houverem sido convertidos para a forma escritural pelo INCRA.

Os Títulos emitidos serão aceitos somente na forma escritural, na forma cartular (impressa) não serão aceitos.

a-3) O proponente poderá apresentar a caução na forma de seguro-garantia em conformidade com a Circular SUSEP nº 477, de 30/09/2013.

A apólice correspondente deverá indicar a Codevasf como beneficiária;

Não deverão ser acrescentadas cláusulas que eximam o Proponente de suas responsabilidades.

a-4) Serão aceitas Cartas de Fiança Bancária emitidas em moeda corrente nacional, emitidas por bancos comerciais, de investimento e múltiplos, autorizados a funcionar no Brasil, e deverão observar as disposições das Portarias 644/2009, 1378/2009 e 367/2014, emitidas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

- b) Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, com comprovante da situação cadastral regular.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato do registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Declaração da inexistência de fato superveniente à expedição do SICAF que impeça a sua habilitação, prevista no § 2º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, de que não foi



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE**

declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, e que não está impedida de licitar ou contratar com a Codevasf, bem como de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do **Anexo IX**, integrante deste Edital, sendo que a Codevasf procederá verificação junto ao sítio [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br) no intuito de verificar a inexistência de impedimento da empresa participante em licitar e contratar com a Administração Pública.

- g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do (a) proponente, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objetivo contratual.
- h) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal/Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do (a) proponente, ou outra equivalente na forma da lei, com validade em vigor.
- i) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social (CND), com validade em vigor.
- j) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal, com validade em vigor.
- k) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelo Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, com prazo de validade em vigor.
- l) Qualificação Técnica:

- l-1) Declaração de Visita às áreas objeto do presente Edital, conforme **Anexo IV** integrante deste instrumento, a ser emitida pelo(a) própria(a) proponente, afirmando que tem conhecimento do estudo do solo, do sistema de condução e medição d'água, da topografia do terreno, das vazões disponíveis nas unidades parcelares, para evitar reclamações futuras, uma vez que quaisquer dificuldades existentes na(s) área(s) pretendida(s), com relação à implantação do projeto e à exploração, serão de sua inteira responsabilidade e risco.

Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão desenvolvidas as atividades de produção e o preenchimento da Declaração de Visita as proponentes deverão contatar com Equipe de Fiscalização do Projeto Pontal, na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, através do telefone (87) 3986-4591.

A visita ao local onde serão desenvolvidas as atividades de produção deverá ser marcada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas e deverá ser realizada em horário comercial.

- l-2) Declaração, emitida pelo(a) próprio(a) proponente, de não ser **irrigante impedido**, ou seja, ter sido excluído(a) por inadimplência de Projetos Públicos de Irrigação implantados pela CODEVASF ou ter tido unidade parcelar retomada no período de 5 (cinco) anos contados a partir da rescisão do respectivo instrumento contratual, conforme modelo constante do **Anexo VII**, integrante deste Edital.

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE**

- I-3) Plano de Exploração Agrícola/Agropecuária/Agroindustrial, com início máximo em 12 (doze) meses e prazo máximo de 2 (dois) anos, para implantação de 60% (sessenta por cento) da área irrigável da(s) unidade(s) pretendida(s), conforme modelo do **Anexo III**, integrante deste Edital.
  - I-4) Informações complementares: Encontram-se à disposição dos interessados para consulta, os estudos de viabilidade técnica, ambiental, hídrica e econômica ou social do projeto Pontal disponíveis na Biblioteca, térreo do edifício sede da Codevasf em Brasília-DF e na sede da 3ª Superintendência Regional em Petrolina-PE.
- m) Qualificação Econômico-Financeira:
- m-1) Declaração atualizada de Bens e Rendimentos, devidamente comprovados por meio de registro imobiliário, registro de propriedade, ou notas fiscais em nome da pessoa jurídica, ou dos sócios que integram o seu capital social, com valores que permitam a avaliação da sua capacidade econômico-financeira, conforme subitem 6.1.2, na forma do modelo constante no **Anexo VII** deste Edital.
  - m-2) Certidões de adimplência expedidas pela Codevasf, Associações de Produtores e/ou Distritos de Irrigação, em se tratando de proprietário ou ocupante de unidade parcelar irrigável e/ou não irrigável.
  - m-3) Certidão Negativa de Falência, ou Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juiz competente, ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física.
  - m-4) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovam a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

4.2.3. Quando se tratar de CONSÓRCIO:

- a) Comprovante de recolhimento da quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mínimo da(s) unidade(s) pretendida(s), a título de caução a ser calculada considerando o valor mínimo do hectare especificado no subitem 2.2 deste Edital, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, cuja cópia do recibo deverá integrar o conteúdo do invólucro n.º 01 – “Documentação de Habilitação”, nas seguintes modalidades:
  - a-1) Depósito em conta remunerada e em espécie, a ser efetuado na agência da Caixa Econômica Federal, definida pelo proponente, em favor da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF – 3ª Superintendência Regional, CNPJ nº 00.399.857/0004-79, localizada à Rua Presidente Dutra, nº 160 – Centro, CEP 56.304-230, Município de Petrolina/PE, que poderá ser movimentada somente por ordem da estatal.

A conta será específica destinada unicamente à caução, e sua operação deve corresponder a 008 ou 010.



**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO  
E DO PARNAIBA – CODEVASF  
EDITAL Nº 18/2009 – SELEÇÃO PARA IRRIGANTES FAMILIARES DO PROJETO  
SALITRE**

O Presidente da CODEVASF, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Edital nº 18 para Seleção de Irrigantes Familiares do Projeto Salitre - CODEVASF, publicado no Diário Oficial nº 59 de 27 de março de 2009, Seção 3, página 80, torna público o resultado final da concorrência destinada a seleção de irrigantes familiares para implantação de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais no Projeto de Irrigação Salitre, localizado no Município de Juazeiro/BA.

I – resultado final, contendo irrigantes por ordem de classificação, valor ofertado por hectare e número do lote escolhido.

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CLASSIFICADO	VALOR OFERTADO	Nº DO LOTE ESCOLHIDO
001	MARCUS VINICIUS MALHEIROS DA SILVA	8.211,00	156
002	NAMI ANDO	7.007,00	168
003	JOSE CLAUDEMIRO VIEIRA GOMES	7.000,00	425
004	OSMAR MIRANDA DOS SANTOS	6.900,00	18
005	NIVEA SOLANGE ROCHA DA SILVA	6.818,18	106
006	JOSE DEILSON DOS SANTOS PACHECO	6.750,00	183
007	ANDERSON FABIANO ROCHA DA SILVA	6.730,00	103
008	LICIO EUGENIO LOPES MAGALHAES	6.019,24	85
009	LEONARDO DE ANDRADE ROLEMBERG BATISTA	6.000,00	175
010	JOSE ACACIO DE OLIVEIRA	6.000,00	90
011	ANA LUCIA DE ARAUJO LIMA LACERDA	5.599,00	62
012	JOSE ROBSON MORORO DE MENEZES	5.526,00	303
013	GEORGE FERNANDES RODRIGUES	5.499,99	141
014	MARCONDES DA SILVA FONSECA	5.337,00	216
015	GENALDO MENDES DAS NEVES	5.271,00	300
016	VALTER FERNANDES RIBEIRO	5.159,00	80
017	EDVALDO ALVES DOS SANTOS	5.150,00	178
018	ALEXSANDRO ROBERTO PIRES MARQUES	5.120,00	159
019	PAULO GERCINO DE FREITAS VALENCIA FILHO	5.103,99	24
020	PETTERSON CAVALCANTI RODRIGUES	5.102,00	240
021	PETRUCIO CAVALCANTI RODRIGUES	5.101,00	239
022	LEDA E SILVA RIBEIRO	5.100,00	140
023	JURACI DE SOUZA MAIA	5.100,00	23
024	FRANCISCO JUBILINO CAVALCANTI NETO	5.050,00	155
025	ADEILTON PAIVA ROCHA	5.050,00	84
026	GEAN BRUNO DE ALMEIDA	5.020,00	247
027	PAULO ANTONIO DOS ANJOS NETO	5.000,20	191
028	PAULO HENRIQUE SANTOS DE ARAUJO	5.000,00	83
029	JOSE MOACIR DOS SANTOS	5.000,00	104
030	EDSON JOAO DOS SANTOS	5.000,00	426
031	NABOR CAYSER MUNIZ	5.000,00	28
032	FRANCISCO DA CRUZ VIANA	5.000,00	21
033	WASHINGTON DA SILVA ALVES	5.000,00	121
034	NOEL CAVALCANTE DA GAMA	5.000,00	82
035	JORGE LUIZ SIMÕES	5.000,00	125
036	JOSE FURTADO FEITOSA	4.951,50	284



037	JARBAS ARAUJO COELHO	4.911,11	29
038	LUIZ WASHINGTON SILVA DA FRANCA	4.910,48	76
039	JOSE FURTADO FEITOSA JUNIOR	4.851,50	282
040	ADILSON DA SILVA ALENCAR	4.850,00	238
041	JORGE CELESTINO PASSOS	4.805,00	96
042	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA SENA	4.800,00	94
043	EMERSON SEIJI UZUMAKI	4.800,00	169
044	JOAQUIM ALVES TEIXEIRA JUNIOR	4.800,00	170
045	ARMANDO TADASHI HIRATA	4.800,00	171
046	TOMAS FERREIRA LEAL	4.800,00	25
047	CARLOS ANDRE HENRIQUES VIEIRA	4.800,00	172
048	FRANK WELHINTON EVANGELISTA CHAVES	4.785,00	142
049	EDVAN RAIMUNDO DOS REIS	4.756,13	55
050	ORLANDO CARLOS PEREIRA	4.750,00	51
051	ADEMILSON ANTUNES DE MACEDO	4.700,00	166
052	ANTONIO ULISSES SOUZA FILHO	4.650,00	67
053	VALDINEI GOMES DOS SANTOS	4.562,77	301
054	GILMAR MIRANDA FALCAO	4.558,48	66
055	MARIO HIROYUKI OTSUKA	4.550,90	297
056	MARIO EDUARDO LIEKNIN	4.511,00	52
057	JOSE DA MOTA CUSTODIO	4.505,50	271
058	NIZANE COELHO DE AQUINO	4.500,00	137
059	SIDINEI EVANGELISTA REIS	4.500,00	92
060	LUIS FRANCISCO DA SILVA	4.500,00	36
061	EDGAR ROSA DA ROCHA	4.500,00	81
062	MARIO HIROSHI HIRATA	4.500,00	221
063	FRANCIVAL DAMASCENO DE SOUZA	4.500,00	149
064	VINÍCIUS JOSÉ DE SOUZA VIEIRA	4.499,35	57
065	MANOEL JOSE SANTANA VARJAO	4.499,35	70
066	ALBERTO CAVALCANTE BRANDAO	4.499,35	59
067	JOSE ARAUJO DINIZ	4.499,35	71
068	SEBASTIAO HELIO FERNANDES	4.499,35	424
069	CARLOS EDUARDO ARAÚJO DINIZ	4.499,35	72
070	EDILSON DE SOUZA	4.499,35	56
071	JOSE VALTER FERREIRA DA SILVA	4.499,35	58
072	EDIMILSON SILVA SOUZA RODRIGUES	4.454,35	61
073	GENIVALDO SALES DE SENA	4.450,00	186
074	JOSIMAR COELHO RODRIGUES	4.438,52	242
075	MARCIO GIOVANNI DE OLIVEIRA ROSA	4.358,00	50
076	ROZANGELA DE LIMA	4.283,60	19
077	WELLINGTON MACHADO DE SOUZA	4.250,00	60
078	DAURI DOS SANTOS SANTANA	4.215,00	54
079	JUSCIE RAIMUNDO DE SOUZA	4.200,20	133
080	LAECIO DE OLIVEIRA FREITAS	4.200,00	118
081	JOSANA BOAVENTURA DOS SANTOS	4.200,00	160
082	ODENI LUSTOSA LEAL	4.137,59	30
083	MOZART CLEMENTINO DE OLIVEIRA	4.120,50	102
084	CLARICE DE OLIVEIRA SANTOS	4.100,00	35
085	ZILMAR PEREIRA DA SILVA	4.100,00	432
086	DALTO RODRIGUES OLIVEIRA	4.100,00	37
087	EVALDO DE AMORIM COELHO	4.100,00	235
088	TIETRE DANTAS FELIX	4.100,00	173
089	JONAS GOMES DINIZ FILHO	4.100,00	158



090	JERALDO DA SILVA SOUZA	4.070,00	31
091	CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA	4.060,00	45
092	EDSON SHOITIRO URA	4.050,00	49
093	CLEIRAN ORLANDINHO O. DO NASCIMENTO	4.050,00	47
094	ROBERTO PEREIRA SANTANA	4.050,00	174
095	MARIO SERGIO FERREIRA	4.039,00	243
096	EDUARDO FERREIRA DA SILVA	4.016,10	431
097	CLEBERLITO FERNANDES SANTOS	4.010,00	294
098	REGIVALDO DIAS DE SOUZA	4.002,20	427
099	MARIA MADALENA DA SILVA	4.001,10	39
100	MARCELO PATRIC RODRIGUES DOS SANTOS	4.001,00	41
101	ESPEDITO ABDIAS DOS SANTOS	4.001,00	88
102	ELMER FREITAS DE MORAIS	4.000,00	275
103	GUILHERME DE NASCIMENTO D CAMARA	4.000,00	157
104	CLEBER ROMERO FERREIRA LIMA	4.000,00	164
105	ERMISON CARLOS DE SA	4.000,00	138
106	CARLOS BATISTA DOS SANTOS	4.000,00	162
107	FABIO DOS REIS SILVA	4.000,00	154
108	JOSE IRISVAL PEREIRA DE SÁ JUNIOR	3.990,00	32
109	DANIELA DOS SANTOS SANTANA	3.978,00	27
110	ANTONIO AUGUSTO DOURADO NETO	3.950,00	283
111	RAFAEL JOSE DE SENA NASCIMENTO	3.900,00	184
112	GLADSTON MENEZES DE LYRA	3.900,00	135
113	LUIZ ANTONIO AMORIM DE MENEZES	3.898,90	249
114	ANDERSON GONCALVES FONSECA	3.886,70	195
115	RODRIGO SILVA LIBORIO	3.855,99	152
116	ADAO VIRLANIO GOMES DE SA	3.850,00	78
117	JOVAL ANTONIO DE LIMA	3.850,00	224
118	BENEDITO CARLOS VIEIRA FONSECA	3.838,72	179
119	ISMAR JOSE DE MATOS	3.830,00	151
120	ANTENOR FELIX HONORIO	3.800,40	130
121	JEAN CARLOS CERQUEIRA MARTINS	3.800,00	73
122	NATANAEL TORRES E SILVA	3.800,00	153
123	JOSIVAN COELHO FERREIRA	3.789,00	75
124	EMERSON COSTA DE OLIVEIRA	3.787,87	139
125	CARLOS CEZAR BAHIA DE AQUINO FILHO	3.770,20	43
126	HUMBERTO LUIZ DE SOUZA LIMA	3.759,00	194
127	JOSE AMORIM DOS SANTOS FILHO	3.758,80	197
128	MOABI RAMOS DA SILVA	3.755,00	281
129	ANSELMO VITAL MATOS	3.750,00	132
130	JOSE MATIAS MAGALHAES NETO	3.750,00	304
131	NADISLENE DE AS BARRETO ALENCAR	3.750,00	292
132	JOSE NILTON CORDEIRO GOMES	3.701,20	299
133	WALTER LOPES DA SILVA	3.700,00	298
134	VERONICA DIAS DA SILVA	3.650,00	147
135	LUCIANO DE CASTRO MONTEIRO	3.650,00	145
136	ONAILTON BARBOSA DA SILVA	3.621,98	79
137	JEPHERSON JOHNSON DE CARVALHO	3.620,30	293
138	ALEXANDRE APARECIDO MUSSATO	3.600,00	208
139	HUMBERTO VIEIRA BASTOS	3.600,00	291
140	ARNALDO MENEZES DA SILVA	3.600,00	207
141	ANA CLAUDIA MUSSATO	3.600,00	209
142	RUBEM SILVIO SANTOS DE SOUZA	3.600,00	176



143	ANTONIO CLEBSON GOMES DA SILVA	3.600,00	148
144	LUIZ CLARINDO ALVES FILHO	3.600,00	177
145	JOSE RAIMUNDO DUARTE SANTOS	3.557,80	302
146	LUIZ CARLOS ALMEIDA LIMA	3.550,00	143
147	TARCIANA COIMBRA ALVES	3.540,00	144
148	JOAQUIM LAURINDO ALVES DE LIMA	3.513,82	22
149	DANIEL MACEDO DA SILVA	3.512,96	296
150	GEORGEANO DOS SANTOS	3.512,82	190
151	GABRIEL VERTULINO DOS SANTOS FILHO	3.512,79	188
152	INACIA ANTONIA DE BRITO	3.512,50	150
153	VALDECY LOPES DOS SANTOS	3.510,00	180
154	TIANE ALMEIDA SILVA COSTA	3.510,00	33
155	CARLOS GILBERTO PINHEIRO BARBALHO JUNIOR	3.501,10	237
156	ROBERVALDO GOMES COELHO	3.501,10	182
157	MARCELO MONTEIRO DA SILVA	3.500,00	233
158	CLEMENTINO MARCOS BATISTA DE FARIA	3.500,00	228
159	JOSE GONCALVES FERREIRA	3.500,00	181
160	JAMILTON ALVES BARBOSA	3.500,00	44
161	TIBURCIO TEODORO BORGES DE OLIVEIRA	3.500,00	205
162	JORGE NUNES NORANHA FILHO	3.500,00	187
163	JANETE LINO DE OLIVEIRA REIS	3.500,00	295
164	JURANDIR ALMEIDA BISPO	3.500,00	210
165	EUDARC GONCALVES DE SOUZA	3.500,00	185
166	SERGIO PAULO SERAFIM PESSOA	3.500,00	285
167	DJALMO PEREIRA DA CRUZ	3.500,00	286
168	CRISOSTOMOS CAMPOS FERREIRA	3.500,00	196
169	JOSE DOS SANTOS RIBEIRO	3.490,00	95
170	MYCHEL GOMES DE SA FERRAZ	3.400,00	113
171	CLODOALDO CARNEIRO CEDRAZ	3.400,00	124
172	CLEBERLITO DOS SANTOS MARTINS	3.400,00	116
173	MANOEL TORRES DA SILVA	3.400,00	42
174	DEOMEDES LOPES GRANJA FILHO	3.357,00	251
175	ADALBERTO MARINHO DOS ANJOS FILHO	3.357,00	254
176	JOSE DOMINGOS RAMOS DA SILVA	3.350,00	46
177	EVANILDO COELHO BRITO	3.333,00	200
178	RAFAEL ALEXANDRE PALITOT DIAS DE SOUZA	3.316,00	213
179	JEFFERSON FERREIRA DE ALMEIDA	3.311,50	111
180	ELIUD MONTEIRO LEITE	3.252,20	38
181	RÔMULO LIMA RAMALHO	3.250,00	265
182	LINDINALDO AVELINO DA SILVA	3.250,00	252
183	FRANCISCO DE ASSIS AMORIM DE LIMA	3.250,00	202
184	VERA LÚCIA VALENTE PEREIRA FREIRE	3.215,55	40
185	MARCELINO FERREIRA DE SOUZA	3.201,00	109
186	GARIBALDI GOMES FARIAS	3.200,00	112
187	WASHINGTON TORRES DA SILVA	3.200,00	134
188	CLAUDIO ANTONIO BIONES DE OLIVEIRA	3.200,00	261
189	IVANIO BIONE VASCONCELOS	3.200,00	262
190	FABIO DO NASCIMENTO MENDONÇA	3.200,00	69
191	ERLANDIO CARLOS PEREIRA	3.200,00	253
192	TIAGO BEZERRA DOS SANTOS	3.135,00	215
193	JULIO CESAR DA SILVA SANTOS	3.112,00	87
194	BENEDITO JOSE DE ARAUJO	3.110,00	279
195	JOSE JAIR OLIVEIRA DANTAS	3.100,00	110



196	DJALMA ALVES DOS SANTOS	3.100,00	234
197	DOMINGOS GABRIEL DE SOUSA	3.100,00	264
198	JOSE RAIMUNDO SOBRAL FERREIRA	3.100,00	117
199	VITAL MARCELO MEDRADO FERREIRA	3.078,00	114
200	HEMERSON ALVES RODRIGUES	3.050,00	250
201	EDSON VASCONCELOS DE FREITAS	3.032,00	277
202	MARIA HELENA ALVES GOMES SANTOS	3.014,28	276
203	EXPEDITO ALVES PEREIRA	3.011,00	189
204	MARLEY SOARES MATOS	3.011,00	236
205	SEGUNDO BENJAMIM CHAVEZ SALDANHA	3.010,00	34
206	INALDO BRITO DOS SANTOS	3.010,00	214
207	MANOEL JANUARIO DE SOUZA	3.007,00	217
208	JURANDIR NUNES DA SILVA	3.001,12	115
209	GUSTAVO HENRIQUE OLIVEIRA MARINHO	3.001,10	203
210	JOSE STENIO DE ALMEIDA NETO	3.000,00	232
211	JOSE NUNES DA SILVA IRMAO	3.000,00	63
212	JOSE MOACIR PINHEIRO LIMA FILHO	3.000,00	244
213	LUIS CORREIA DE OLIVEIRA	3.000,00	263
214	ANDRE SAMPAIO DOS SANTOS	3.000,00	231
215	ANDERSON EVANGELISTA SOBREIRA	3.000,00	211
216	MARCIA EDNA SA DE ANDRADE	3.000,00	259
217	VALDO DIAS DE LIMA	3.000,00	274
218	ELADIO GOMES DA COSTA	3.000,00	131
219	MARIA APARECIDA VIEIRA	3.000,00	136
220	ANTONIO CEZAR BATISTA DE ALMEIDA	3.000,00	270
221	ANDERSON SMITH FERRAZ	3.000,00	126
222	MARCELO DOS SANTOS RAMOS	3.000,00	74
223	MANOEL PEREIRA DE SOUZA	3.000,00	201
224	CLEOBES DE LIMA	3.000,00	225
225	ANTONIO MOREIRA MARTINS	3.000,00	256
226	JOSUE DE BRITO SANTOS	3.000,00	129
227	CARLOS JOSE DA SILVA	3.000,00	108
228	EDMAR CHAGAS DE OLIVEIRA	3.000,00	123
229	EDSON MOURA E SILVA	2.990,00	93
230	EDMILSON SIMEAO DA SILVA	2.900,00	229
231	RUBEM YUKIO OYAMA	2.800,00	230
232	CARLOS EDUARDO SILVA LOPES	2.800,00	227
233	FRANCISCO DE ASSIS DE SA CARVALHO	2.723,38	266
234	EDSON GOMES DOS SANTOS	2.700,00	268
235	RONDINELE BARBOSA DE SOUZA	2.698,00	267
236	GILDEMAR RODRIGUES GONÇALVES	2.650,00	107
237	DENILSON SOARES CAVALCANTE	2.650,00	204
238	ROSENEIDE DE LIMA	2.600,00	119
239	RAIMUNDO NONATO VIEIRA GOMES	2.600,00	272
240	FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS	2.600,00	273
241	AVELAR PEREIRA DA SILVA	2.600,00	212
242	DINARTE MATIAS MONTEIRO	2.511,50	222
243	JOSE ANTONIO DE BARROS CAVALCANTE	2.511,00	68
244	LUCIO CEZAR EMILIO DOS SANTOS	2.510,00	428
245	CARLOS EDUARDO DA SILVA DIMARCO	2.501,00	288
246	JOAO ALVES DOS SANTOS	2.500,00	305
247	MANOEL BATISTA DA SILVA	2.500,00	91
248	RAFAEL DE ALENCAR POSSIDIO	2.500,00	120

249	NELZIDETE COSTA SANTOS	2.500,00	290
250	GERDIVAN SILVA DOS SANTOS	2.485,73	430
251	ALEXSANDRO SILVA CASTRO SOUZA	2.458,00	258
252	ANTONIO CARLOS VASCONCELOS DE MENDONCA	2.450,00	429
253	JEFERSON NUNES DOS SANTOS	2.450,00	77
254	IVAN SÁ FILHO	2.400,00	86
255	MARIA DA CONCEICAO DA PURIFICACAO COELHO	2.400,00	89



Proc. 59500.007364

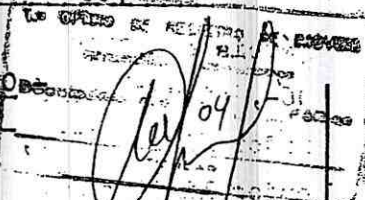
Certifico que esta cópia e reprodução fiel do original que me foi apresentada.

Petrópolis, 05 de Junho de 1995

O Tabelião:

LIVRO - 02

FLS. - 004

CONFORME ORIGINAL  
PODER JUDICIÁRIO

TABELIÃO JUAZEIRO - BAHIA

- CARLAURITVO - 2 - O F I C I O

- J U A Z E I R O - B A H I A

Francisco Marcos Rodrigues  
Sub-Tabelião

**Cartório de Notas do 2º. Ofício**  
**JUAZEIRO - BA.**  
Edna Lúcia de Souza França  
Tabeliã  
Neuza M. da Silva  
Sub-Tabeliã

ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA QUE  
ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DE DESENVOLVI-  
MENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - CODEVASF,  
COMO OUTORGANTE VENDEDORA E O SR. JESSES  
SILVA MARINHO, COMO OUTORGADO COMPRADOR,  
NA FORMA ABAIXO:

S A I B A M quantos este instrumento de Escritura Pública de Compra e Venda virem que, aos vinte e um (21) dias do mês de junho, do ano de hum mil novecentos e noventa e cinco (1995), nesta cidade de Juazeiro, Estado de Bahia, compareceram em meu Cartório situado na rua Veneza-Fórum Cons. Luiz Viana Filho - nesta cidade, partes, entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, como OUTORGANTE VENDEDORA, A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, empresa pública criada nos termos da Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, inscrita no CGC/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601, Lote I, neste ato representada pelo Superintendente da 3ª Superintendência Regional, Engº Agrº HILDO DINIZ DA SILVA, conforme Delegação de Competência contida na Decisão nº 0466, de 01 de setembro de 1992, que me foi apresentada e fica arquivada neste Cartório e, do outro lado, como OUTORGADO COMPRADOR o Senhor JESSES SILVA MARINHO, brasileiro, casado, Engº Agrônomo, residente à rua Benjamin Constant nº 04 - Sertânia-Fe., portador do CPF/MF nº 105.249.914-72, os presentes reconhecidos como os próprios por mim Tabeliã, pelos documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E, pela Outorgante Vendedora, através de seu representante legal, foram feitas as seguintes declarações: 1ª) - que é senhora e legítima possuidora de um imóvel devidamente inscrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Petrolina, Estado de Pernambuco, sob o nº R - 1, da Matrícula nº 33.434, do Livro 02, cujos limites e confrontações estão descritos no título original; 2ª) - que do imóvel acima mencionado é desmembrada uma área com 43.4262 HECTARE, sendo 36.1152 HECTARE irri



gáveis e 7.3110 de sequeiro, representada pelo lote agrícola nº E-03-06-, situado na área empresarial do KM-25 do Parímetro Irrigado Senador Nilo Coêlho, no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco, cujos limites e confrontações estão contidos na seguinte poligonal: Partindo-se do marco M-58 no fim da estrada E-1.4.1 e junto a tomada d'água do respectivo lote, segue-se por uma linha seca com azimuth de 97º10'39" e distância de 4,47m confrontando com a estrada E-1.4.1 até atingir o marco M-58A; segue-se por uma linha seca com azimuth de 359º57'45" e distância de 240,73m confrontando com a estrada E-1.4.1 até atingir o marco M-58D; segue-se por uma linha seca com azimuth de 89º54'29" e distância de 296,86m confrontando com a área de sequeiro do lote E-03-05 até atingir o marco M-58C; segue-se por uma linha seca com azimuth de 179º57'45" e distância de 239,70 m confrontando com terras da CODEVASF até atingir o marco M-58B; segue-se por uma linha seca com azimuth de 90º06'40" e distância de 490,72m confrontando com terras da CODEVASF até atingir o marco M-59; segue-se por uma linha seca com azimuth de 180º00'00" e distância de 456,00m confrontando com terras da CODEVASF até atingir o marco M-60; segue-se por uma linha seca com azimuth de 270º00'00" e distância de 792,00m confrontando com terras da CODEVASF até atingir o marco M-61; segue-se por uma linha seca com azimuth de 00º00'00" e distância de 456,00m confrontando com terras da CODEVASF até atingir o marco M-58 onde teve início a distribuição. COORDENADAS: E= 662.235,061 - M-58 N = 3.978.214,532 - E = 662.239,492 - M-58A - N = 3.978.213,974 - E = 662.239,334 - M-58D - N = 3.979.454,708 - E = 662.536,189 - M-58C N = 3.978.455,185 - E = 662.536,346 - M-58B - N = 3.978.215,484 - E = 663.027,061 - M-59 - N = 3.978.214,532 - E = 663.027.061 - M-60 E = 3.977.758,532 - E = 662.235,061 - M-61 - N = 3.977.758,532 - ÁREA - 43,4262 HA. 3º) - que, possuindo a Outorgante Vendedora o bem caracterizado no item Segundo desta Escritura Pública, vende ao Outorgado Comprador o referido imóvel, nos termos da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979 e Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984, e Resolução nº 535, de 12 de Dezembro de 1994, da Diretoria Executiva, pelo preço global, certo e ajustado, de R\$78.283,96 ( SETENTA E OITO MIL, DUZENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS), que será pago em 04 (quatro) parcelas anuais nos valores de R\$19.



## CERTIDÃO

Certifico que esta cópia e reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
Petrolina, 05 de Junho de 1995  
O Tab. Pco.º

LIVRO - 02 -

FLS:-005 -

## PODER JUDICIÁRIO

## CARTÓRIO IMOBILIÁRIO DO 1º OFÍCIO

valores de R\$19.570,99 (Dezanove mil, quinhentos e setenta reais e noventa e nove centavos), cada, representadas por 04 (quatro) Notas Promissórias, nos valores acima indicados, com vencimentos em 21/06/1998; 21/06/1999; 21/06/2000; 21/06/2001, devendo o mês de junho ser o inicial para cálculo da correção estabelecida. Os valores das parcelas anuais acima indicadas, representadas pelas Notas Promissórias referidas, serão atualizadas nas datas dos respectivos pagamentos, com base na variação do I.P.C-r, ou outro índice oficial equivalente, adotado pelo Governo Federal, mais juros de 6% (seis por cento) ao ano; 4º) que ao Outorgado Comprador é facultado antecipar o pagamento das prestações vincendas, sem prejuízo das obrigações assumidas por esta Escritura Pública de Compra e Venda; 5º) - que qualquer parcela paga com atraso sofrerá o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o seu valor, a título de multa, bem como juros de mora à taxa de 1% (hum por cento) ao mês ou fração, sem prejuízo das cominações legais estipuladas nesta Escritura Pública de Compra e Venda; 6º) - que por tratar-se de propriedade resolúvel (Art. 15º do Decreto 89.496/84), é vedada a alienação convencional do imóvel objeto desta Escritura Pública de Compra e Venda, a qualquer época, sem prévia e expressa anuência da Outorgante Vendedora; 7º) - que o Outorgado Comprador poderá solicitar diretamente ou através de Cooperativa de que seja associado, junto aos Bancos da Rede Oficial o crédito rural que necessitar, destinado a investimentos fixos, oferecendo como garantia real o bem ora vendido, devendo, no entanto, estas instituições no caso de cobrança judicial da dívida, cientificar a Outorgante Vendedora, 60 (sessenta) dias antes do ajuizamento da execução; 8º) - que independentemente do pagamento do valor da venda estipulado no item 3º (terceiro), o Outorgado Comprador pagará à Outorgante Vendedora os valores correspondentes às tarifas do fornecimento de água, de acordo com o estabelecido em contrato celebrado em apartado; 9º) - que, por tratar-se de imóvel inserido em Projeto Público de Irrigação, o lote agrícola ora vendido constitui uma propriedade resolúvel e indivisível e que em caso de sucessão, desistência da exploração direta do lote pelo Outorgado Comprador ou deixar injustificadamente inexploradas áreas suscetíveis de aproveitamento, proceder-se-á de



de conformidade com o que dispõe o art. 15 e respectivos parágrafos e art. 47, do Decreto nº 89.496, de 29/03/84; 10º) - que ficam constituídas servidões todas as obras de infra-estrutura de uso comum que se localizem dentro da poligonal descrita, no termos do artigo 695, do Código Civil; 11º) - que o Outorgado Comprador obriga-se a fornecer informações à Outorgante Vendedora, quando solicitado, sobre a exploração do lote agrícola, no que se refere à área plantada, culturas exploradas, mão-de-obra, custas de produção e investimentos efetuados; 12º) - que ao Outorgado Comprador é permitido o uso de todas e quaisquer práticas agrícolas necessárias ao bom êxito do empreendimento, respeitadas as condições dispostas no edital e afirmadas na carta proposta, desde que não comprometam quaisquer recursos naturais e não confrontem com as práticas do Perímetro Irrigado; 13º) - O Outorgado Comprador se obriga a iniciar a implantação da infraestrutura de irrigação no prazo máximo de 90 (noventa) dias e a concluí-la no prazo máximo de 02 (dois) anos; 14º) - O Outorgado Comprador se obriga a manter, no mínimo 60% (sessenta por cento) da área irrigada permanentemente em cultivo, sob pena de rescisão da presente Escritura Pública de Compra e Venda, com reversão do bem ora vendido ao patrimônio da Outorgante Vendedora; 15º) - Ocorrendo a rescisão desta Escritura, sob qualquer forma, é assegurado ao Outorgado Comprador a indenização dos investimentos definidos e aprovados no projeto de exploração constante da proposta apresentada ao edital 26/94; 16º) - A indenização referida na cláusula anterior será feita a partir do ano seguinte ao reversão do bem ao patrimônio da Outorgante Vendedora e será paga no prazo de 2 (dois) anos. 17º) que o Outorgado Comprador obriga-se a permitir o acesso ao seu lote agrícola, de técnicos da Outorgante Vendedora ou por ela indicados, com a finalidade de fiscalizar e orientar o da água para a irrigação, quando a Outorgante Vendedora julgar necessário; 18º) - que uma vez cumpridas as obrigações assumidas neste ato pelo Outorgado Comprador, torna-se irrevogável a venda feita, independentemente de outorga de nova Escritura; 19º) - que o descumprimento de qualquer: DIGO: de quaisquer das cláusulas desta Escritura pelo Outorgado Comprador, provocará a sua rescisão de pleno direito, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 26, da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, e do art. 46, parágrafo 1º, do Decreto nº 89.496, de 29 de mar-



PODER JUDICIÁRIO

do de 1984, independentemente de notificação, interpelação, aviso prévio, aviso judicial ou extrajudicial, obrigando-se o Outorgado ao pagamento de multa moratória de 03 (três) vezes o último valor anual pago e que poderá ser descontado de qualquer ressarcimento a que faça jus; 20%) - que a Outorgante Vendedora desde já cede e transfere ao Outorgado Comprador todos os seus direitos, domínio e ação que tem sobre o imóvel ora vendido, imitando-o na posse do mesmo, com todos os pertences e servidões, por força desta Escritura, obrigando-se pela validade desta Escritura a todo tempo, respondendo por si e seus sucessores, pela evicção, nos termos do artigo 1.107 do Código Civil. Pelo Outorgado Comprador me foi dito que aceitava a venda nas condições em que é feita por esta Escritura em todos os seus termos e tal como se encontra redigida, por assim ter ajustado com a Outorgante Vendedora, declarando, expressamente, que se obriga e se responsabiliza pelo cumprimento das obrigações estipuladas. Fica convencido que por conta do Outorgado Comprador correrá o pagamento de todas as despesas da lavratura desta Escritura, sua transcrição no registro imobiliário, impostos, taxas e quaisquer outras. Assim o disseram do que dou fé, me pediram lhes lavrasse a presente Escritura, a qual feita e lhes sendo lida, a acharam conforme, aceitaram, outorgaram e assinam. Emitida DOI - Declaração sobre Operação Imobiliária, conforme Instrução Normativa nº SRF/090/85. Foram-me apresentados e aqui ficam arquivados os seguintes documentos: Guia de Recolhimento de Transmissão Inter-Vivos - ITBI - Prefeitura Municipal de Petrolina (PE) - Imposto s/Transmissão de Bens Imóveis - Localização do Imóvel: Perímetro Irrigado Senador Nilo Coêlho. Município: Petrolina-Pe. Área total 43.4262 HA. Cartório Processante: 2º Ofício de Notas. Adquirente: JESSES SILVA MARINHO. CPF nº105.249.914-72. Endereço: Sertânia-Pe. Transmittente: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - CO-DEVASF -, CGC/MF nº00.399.857/0001-26. Endereço: Petrolina-Pe. Valor Tributado: R\$78.283,96 - ITBI - R\$782,84 - Data-21/06/95-Pedro Maranhão de Castro-Funcionário. Foi pago taxas de custas ao Estado - DAJ nº 713284, conforme autenticação mecânica. Eu, Pabelliã, a fiz datilografar sob minuta, li e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas, a subscrevo e assino.



134, da Lei nº 6.952 de 06/11/81.

Juazeiro, 21 de junho de 1.995

## TABEL I A

HILDO DINIZ DA SELVA

JESSES SILVA MARINHO

Edna Lúcia de Souza França  
Tabellã  
Neuza M. da Silva  
Sub-Tabellã

Prenotado em: 17.07.95

Protocolo I - Nº 83.919      Pauta de Nº 33.706

Registro Geral: R-01-33.706, livro 02.

Ragistro Auxiliar: X.X

Azerbaçqón: X.

Observação: O imóvel constante da presente matrícula foi registrado em nome de JESSE SILVA MARINHO.

Patrolina, 17 de julho de 1995

RECEIVED - 1960 - 11 - 10

LAURENCE JAMES CURRIE

Seventygrids